

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	31
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	37
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	38
10.8 - Plano de Negócios	39
10.9 - Outros fatores com influência relevante	40

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**CENÁRIO ECONÔMICO**

Em 2012, os problemas econômicos mundiais continuaram intensos, o que significou redução no ritmo do crescimento mundial, com os países emergentes crescendo mais que os avançados, com a Zona do Euro encontrando dificuldades para sair da recessão e os EUA demonstrando um pequeno ritmo de crescimento.

O Brasil está passando por dificuldades com o atual cenário econômico mundial enfraquecido, pois as exportações diminuíram, a produção industrial se mantém fraca e os estímulos do governo não foram suficientes para gerar aumento dos investimentos.

O governo permanece atuante para recuperar a economia, com isso reduziu a taxa de juros, o ICMS interestadual, estendeu a redução do IPI cobrado sobre carros e linha branca e manteve o benefício da desoneração da folha de pagamento sobre a parcela da receita destinada às vendas para as montadoras.

Tais medidas já não surtem os mesmos efeitos de outrora, e a indústria apresentou um fraco desempenho, traduzido em uma baixa utilização da capacidade instalada e registrando PIB industrial negativo de -0,8% e PIB de 0,9%, conforme dados divulgados pelo IBGE.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Objetivo e abrangência

A Política de Gestão de Riscos de Mercado é parte dos controles internos e da governança corporativa da Empresa.

A Política se aplica às operações da Empresa e suas Controladas.

O Conselho de Administração da Empresa é o órgão promulgador da Política, tendo a prerrogativa de modificá-la ou revogá-la.

A Política define as diretrizes da função de Gestão de Risco de Mercado da Empresa, a estrutura organizacional da função, os papéis e responsabilidades dos órgãos e os fatores de risco.

Objetivos da gestão de riscos de mercado

Os objetivos principais da Gestão de Riscos são:

- (i) Minimizar a probabilidade de exigência inesperada de captações de recursos causados pelos Riscos de Mercado reconhecidos e listados nesta Política, limitando o risco de fluxo de caixa dentro de um horizonte determinado pela Empresa como a janela de oportunidade mínima para deliberação e efetuação de uma captação de recursos.
- (ii) Reduzir a incerteza sobre o fluxo de caixa em qualquer data.

Os objetivos secundários da Gestão de Riscos são sempre em relação aos Riscos de Mercado reconhecidos e listados nesta Política:

- (i) Reduzir as flutuações nos demonstrativos de resultado (EBITDA), de cada período para o seguinte;
- (ii) Minimizar a probabilidade de que as métricas da Empresa violem “*covenants*” assumidos.

Os Objetivos Secundários da Gestão de Riscos serão perseguidos na medida em que não conflitem com o Objetivo Principal.

Estrutura da função de gestão de riscos

A Gestão de Risco de Mercado é o conjunto de controles e ações que visa identificar, mensurar e avaliar os Riscos de Mercado a que a Empresa está sujeita, decidir a resposta da Empresa a tais riscos, seja ela aceitar ou mitigar, e, em caso de mitigação, implementar ações para tanto.

A presente Política de Gestão de Riscos de Mercado é norma aplicável a todas as ações de Gestão de Riscos de Mercado da Empresa.

A Gestão de Risco de Mercado é implementada pelos seguintes órgãos:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

O **Comitê Trimestral de Gestão de Risco** a se reunir com periodicidade trimestral é constituído por:

- a) Presidente da Empresa
- b) Diretor Financeiro
- c) Gerente de Controladoria
- d) Gerente de Tesouraria

O **Comitê Trimestral de Gestão de Risco** deverá documentar a decisão em Ata, que deve ser circulada por todos os membros, presente ou não.

O **Comitê Trimestral de Gestão de Risco** tem as seguintes atribuições:

- i. Zelar pela conformidade das ações de Gestão de Risco de Mercado com a Política;
- ii. Tomar decisões à luz de cenários econômicos e estratégia futura considerando a incerteza introduzida pelos Riscos de Mercado identificados e elencados nesta Política;
- iii. Programar operações de proteção com instrumentos financeiros e/ou operações comerciais a futuro, determinando o tipo do instrumento, a quantidade, o preço e o prazo das operações;
- iv. Analisar e avaliar a integridade e adequação da função de gestão de risco da Empresa, inclusive os processos administrativos e as estruturas organizacionais;
- v. Propor ao Conselho de Administração, conforme necessário, alterações necessárias à esta Política.

O **Comitê Mensal de Gestão de Risco** a se reunir com periodicidade mensal é constituído por:

- a) Diretor Financeiro
- b) Gerente de Controladoria
- c) Gerente de Tesouraria
- d) Supervisor de Tesouraria

O **Comitê Mensal de Gestão de Risco** tem as seguintes atribuições:

- i. Zelar pela conformidade de suas ações com a Política;
- ii. Programar operações de proteção com instrumentos financeiros e/ou operações comerciais a futuro, determinando o tipo do instrumento, a quantidade, o preço e o prazo das operações;
- iii. Executar estratégias de proteção com instrumentos financeiros e/ou operações comerciais a futuro, cumprindo a programação;
- iv. Prover inteligência de mercado para a tomada de decisões;
- v. Zelar pela correta representação das operações de proteção com instrumentos financeiros nos registros da Empresa;
- vi. Centralizar as informações necessárias para comunicação interna e externa das atividades de Gestão de Riscos.

Fatores de risco

Considerando que a Empresa possui obrigações denominadas ou indexadas ao dólar norte-americano que podem ser contratadas a taxas de juros fixas ou flutuantes, originadas principalmente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

pela compra de matérias-primas e equipamentos; vende a sua produção predominantemente em reais; acredita que é capaz de administrar seus preços de venda, dependendo das condições econômicas e da indústria, de modo a repassar parcial ou totalmente o impacto das flutuações da taxa de câmbio e commodities (aço, alumínio e zinco) sobre o custo de aquisição dos seus insumos. São definidos como fatores de risco:

- A) Preço de commodity: aço, alumínio e zinco;
- B) Taxa de câmbio dólar/real;
- C) Taxa de juros flutuante Libor.

Exposição a commodities

A Empresa acredita ser capaz de administrar seus preços de venda, dependendo das condições econômicas e da indústria, de modo a repassar parcial ou totalmente o impacto das flutuações das commodities (aço, alumínio e zinco) sobre o custo de aquisição dos seus insumos.

As seguintes estratégias de neutralização de riscos podem ser aplicadas caso o Comitê Trimestral de Risco decida por tanto:

Alumínio: a Empresa, através de contrato particular com os seus fornecedores, poderá utilizar estratégia de fixação de preço para o próximo trimestre. O objetivo do hedge do alumínio é compensar o descasamento de preços de compra e de venda da Divisão Rodas. O Comitê Trimestral de Risco também deve analisar a exposição em USD do alumínio, podendo contratar proteção para esta exposição em um controle separado da Exposição Cambial Líquida.

Aço: a Empresa não perseguirá hedge de aço via derivativos devido à inexistência de contratos derivativos capazes de mitigar o risco.

Zinco: a Empresa acredita que o impacto das variações de preços de zinco são compensadas pelas variações no preço dos produtos vendidos pela Unidade Galvanização, criando um hedge natural. Sob hedge natural, o risco de preço do zinco deixa de ser um fator relevante para ações de mitigação de riscos.

Exposição a taxa de câmbio

A Empresa entende que a taxa de câmbio dólar/real influencia o seu resultado econômico e a sua solvência devido ao descasamento entre vendas realizadas predominantemente em reais e financiamentos atrelados a variação cambial, destinados a compra de insumos e equipamentos, bem como aumento do disponível para financiar seu capital de giro e aplicar o excedente no mercado financeiro local, a juros locais (arbitragem) visando reduzir sua despesa financeira.

A Empresa gerenciará ativamente sua exposição às oscilações da taxa de câmbio dólar/real através da fórmula de Mensuração da Exposição Cambial.

Mensuração da Exposição Cambial

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Exposição Cambial Líquida será calculada da seguinte forma:

$$\text{Exposição Cambial Líquida} = \text{Exposição Cambial Bruta} - (\text{Hedges} + \text{Exportação} + \text{Disponibilidades em Moeda Estrangeira})$$

Onde:

Exposição Cambial Bruta: saldo das obrigações cambiais, incluindo principal e juros, contraídas com vencimento dentro de 12 meses que podem ser:

- (i) Dívida em moeda estrangeira;
- (ii) Despesas indexadas ou denominadas em moeda estrangeira.

Hedges: saldos ativos de operações de derivativos indexadas à taxa de câmbio dólar/real (USD).

Exportação: calculado através da multiplicação:

- (i) previsão de exportações;
- (ii) 18 meses,
- (iii) 0.48 que é a porcentagem de dólar livre ("true dollar"). O valor de 48% deverá ser reavaliado periodicamente. O valor de 48% provem da seguinte fórmula:
$$1 - (\text{Participação da Matéria-Prima no CPV} / 1 + (\text{Margem líquida média da Mangels}))$$

Disponibilidades em Moeda Estrangeira: saldo de caixa disponível em moeda estrangeira.

Instrumentos Financeiros

A utilização de instrumentos financeiros para mitigar a Exposição Cambial deve obedecer às regras abaixo:

- Todos os instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais do mercado brasileiro;
- Os instrumentos financeiros devem ter alta correlação com o ativo a ser hedgeado;
- A contratação de instrumentos financeiros no balanço da Empresa deve ser assinada pelo Diretor Financeiro ou Presidente ou Gerente de Tesouraria e Diretor Financeiro;
- Caso a contratação dos instrumentos financeiros seja feita através de fundo exclusivo da Empresa, a instituição gestora do fundo deve receber um e-mail do Diretor Financeiro ou do Presidente ou cópia da Ata do Comitê Trimestral de Risco contendo a ordem para contratação ou cancelamento de hedges. A formalização só não será necessária para a rolagem mensal das posições de hedge, de forma que o estoque de hedge não seja alterado;
- São vedadas operações de caráter especulativo com derivativos;
- Se a contraparte escolhida para as operações não for a BM&F Bovespa, a contratação dos instrumentos deve ser feita apenas com os bancos com rating igual ou superior a AA-;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- É proibida a contratação de qualquer instrumento financeiro que implique em venda líquida de opções de câmbio. Seriam exceções as opções vendidas a coberto, ou seja, vendidas contra outra opção comprada de strike menor, ou então opções vendidas em estruturas de “collar”, estas constituindo operações seguras;
- É proibida a contratação de operações estruturadas com derivativos embutidos. Todos os derivativos contratados devem ser instrumentos financeiros básicos como swaps, futuros, opções, que são registrados e tratados com transparência, em ambiente de liquidez.

Exposição a taxa de juros

A Empresa através da contratação de dívidas em moeda internacional poderá estar exposta à flutuação das taxas de juros internacionais, sendo que a alta das taxas de juros flutuantes causa um aumento das despesas futuras.

Caso decidido pelo Comitê Trimestral de Risco, a Empresa poderá perseguir a proteção da exposição a taxas de juros flutuantes através da contratação de instrumentos financeiros ou alteração contratual do financiamento, alterando as taxas de flutuantes para fixos.

Instrumentos Financeiros

A utilização de instrumentos financeiros para mitigar a exposição a taxas de juros flutuantes deve obedecer às regras abaixo:

- Todos os instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais dos mercados internacionais;
- A contratação dos instrumentos deve ser feita apenas com os bancos com rating igual ou superior a AA-;
- São vedadas operações de caráter especulativo com derivativos;
- Os instrumentos deverão ser swaps de taxas de juros, travas de swap rate (“swap lock”), ou caps de juros;
- Os swaps deverão reproduzir os termos críticos da despesa hedgeada (prazo, taxa benchmark, data de fixação, etc.) de modo a serem qualificáveis como hedge sem inefetividade presumida;
- A contratação de instrumentos financeiros no balanço da Empresa deve ser assinada pelo Diretor Financeiro e Presidente ou Gerente Financeiro e Diretor Financeiro.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

2010

Os demonstrativos contábeis de 2010 contemplam o padrão internacional de reporte International Financial Reporting Standards (IFRS) em consonância com as Instruções CVM 457/07 e CVM 485/10. A Companhia já adotava as Orientações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas desde 2008, portanto, a adoção integral do padrão contábil ("IFRS") não impactou de forma significativa as demonstrações contábeis.

A Empresa encerrou o ano de 2010 registrando receita bruta de R\$ 1.012,9 milhões, representando aumento de 23,3% quando comparado com a receita de R\$ 821,7 milhões de 2009, e um aumento de 25,8% na receita líquida, alcançando R\$ 783,3 milhões em 2010.

A aquisição das duas empresas e a diversificação do portfólio de produtos, tais como aços relaminados, produtos estampados de aço, defensas metálicas, rodas de alumínio, cilindros para GLP, serviços de requalificação de botijões e de separação de vasilhames, serviços de galvanização, entre outros, foram decisivas para o aumento da receita de vendas da Companhia.

O resultado operacional próprio de 2010, antes de outras receitas/ (despesas) operacionais e das despesas financeiras líquidas, atingiu R\$ 45,3 milhões, 39,4% superior ao valor obtido em 2009, que foi de R\$ 32,5 milhões. Este resultado é decorrente da diluição das despesas fixas pela maior utilização das fábricas e principalmente pelo controle dos custos operacionais e de melhorias de produtividade. E o resultado final de 2010 foi de R\$ 21,5 milhões, 28,7% superior ao resultado de 2009 que foi de R\$ 16,7 milhões.

O EBITDA operacional próprio, antes de outras receitas (despesas) operacionais líquidas, totalizou R\$ 67,9 milhões, montante 18,3% superior ao valor de R\$ 57,4 milhões obtidos em 2009. Este desempenho foi decorrente do aumento nos volumes vendidos por todos os negócios da Companhia aliado aos ganhos de produtividade. Em 31 de dezembro de 2010, a dívida líquida totalizou o montante de R\$ 295,4 milhões, um acréscimo de R\$ 87,0 milhões em relação à dívida líquida de 2009.

Os principais fatores de elevação do endividamento foram:

a) Aumento de R\$ 40,4 milhões na conta de Estoques em 31 de dezembro de 2010 quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Este aumento pode ser explicado principalmente pela importação de aço, que requer prazo maior para o recebimento desta matéria prima e pela maior demanda em todos os negócios da Companhia;

b) Pagamento de dez parcelas no valor de R\$ 38,2 milhões referentes à adesão a Medida Provisória nº 470/2009, em novembro de 2009, de débitos tributários de exercícios passados;

c) Investimentos no valor de R\$ 66,9 milhões, incluindo a compra de 100% das quotas das empresas Superfície e E.Koga ocorrida em janeiro de 2010, no montante de R\$ 15,5 milhões.

O total de caixa e equivalentes mais aplicações financeiras somou o valor de R\$ 220,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, aplicados, majoritariamente, em moeda nacional com liquidez diária em operações compromissadas e em certificados de depósito bancário (CDB), com rendimentos referenciados ao DI em bancos de primeira linha, com rating AA- ou superior (S&P).

Enquanto em 2009 a Companhia obteve receita de variação cambial no montante de R\$ 60,2 milhões, em virtude da apreciação do real naquele ano, em 2010 a receita registrada foi de R\$ 2,5 milhões. Estas variações decorrem, principalmente, de parte do endividamento líquido bancário atrelado a moeda norte-americana. Assim, as despesas financeiras totais de 2010, após a variação cambial, foram de R\$ 17,9 milhões frente à receita de R\$ 47,5 milhões em 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010, 52,1% da Dívida Líquida da Companhia estava indexada à moeda norte-americana. De acordo com a Política de Caixa e de Riscos adotada, as obrigações em moeda estrangeira vencíveis nos próximos 12 meses são “hedgeadas”, por ativos em dólares e completados com compra de dólar futuro.

2011

A economia brasileira iniciou o ano de 2011 em ritmo mais lento do que o ano anterior, isto porque o governo brasileiro implantou medidas macroeconômicas ao final de 2010, visando a redução do nível da atividade econômica e consequentemente do nível inflacionário até então existente, influenciados principalmente pelos elevados níveis de crédito e consumo interno.

Essas medidas de redução do crédito combinadas ao agravamento da crise na Europa reduziram os níveis de consumo, de inflação e desaceleraram o ritmo de crescimento da economia brasileira. A desaceleração foi mais intensa na produção industrial, que mostrou desempenho fraco ao longo de 2011, atingindo um crescimento de apenas 0,3%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Governo iniciou um movimento de redução dos juros e incentivos fiscais no segundo semestre de 2011, com a finalidade de estimular a economia. Espera-se que as medidas tomadas surtam efeito em 2012.

A economia brasileira encerrou o ano de 2011 com crescimento do PIB em 2,7%, frente aos 7,5% de crescimento em 2010, ou seja, sem grandes destaques. Nesse ano a taxa de juros Selic ficou em 11%, o desemprego caiu para o menor nível desde 2003 segundo o IBGE, e a inflação atingiu 6,5%, medida pelo IPCA.

Apesar da crise europeia, o investimento estrangeiro direto se manteve forte nos últimos meses de 2011, totalizando US\$66,7bilhões, e o saldo das reservas internacionais brasileiras totalizou US\$352bilhões, constituindo uma situação confortável para o Brasil contra a crise.

No entanto, a deterioração do cenário externo, principalmente pela crise na Europa, provocou a desvalorização do Real no final de 2011 frente ao Dólar. A moeda norte americana encerrou o ano cotado a R\$1,8758 ante uma cotação de R\$1,6662 por dólar ao final de 2010, contribuindo para uma pressão adicional nos custos da Empresa atrelados ao Dólar ao final do ano.

No ano de 2011 a Mangels sofreu com os diversos movimentos não favoráveis no mercado brasileiro e mundial.

Segundo dados do Instituto de Aços Brasil (IABr) o consumo de produtos siderúrgicos no mercado nacional atingiu 25 milhões de toneladas em 2011, uma queda de 4,2% quando comparado com o mesmo período de 2010, mostrando a desaceleração da demanda em toda a cadeia produtiva.

No setor automotivo, principal segmento de atuação da Empresa, a produção de veículos apresentou crescimento de 0,7% quando comparado ao ano anterior. No entanto, o volume de vendas de rodas para a indústria automotiva diminuiu devido à redução de atividade das montadoras japonesas instaladas no Brasil, consequência do tsunami no Japão e de enchentes na Tailândia, que geraram paradas de produção devido à falta de componentes elétricos. Outro fator externo importante ao nosso negócio foram as medidas protecionistas do Governo Argentino que criou barreiras para a exportação de autopeças brasileiras.

Outro importante evento, que contribuiu para vendas menores, foi o aumento na venda de carros importados, com participação de 23,6% nas vendas totais, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Este fato representou menos vendas de rodas para as Empresas nacionais.

Para controlar o aumento na venda de importados, em setembro passado o Governo brasileiro regulamentou a elevação da alíquota de IPI para automóveis importados pelo país, a exceção dos modelos fabricados no México e nos países do Mercosul, que por razão dos acordos comerciais bilaterais vigentes, não sofreram alteração da alíquota.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Entretanto, essa medida não deu retorno em 2011, pois no 4T11 o mercado automotivo reduziu o volume de negócios e algumas montadoras anunciaram férias coletivas.

AÇÕES PARA O DESEMPENHO FUTURO

A Diretoria da Mangels está empenhada na melhoria dos resultados da empresa, pois entende que a busca da excelência depende de, entre outros fatores, resultados excelentes.

Assim, várias medidas foram tomadas no decorrer do ano de 2011 com o objetivo de melhorar nosso desempenho econômico / financeiro, presente e futuro, tais como:

- (a) a contratação de um novo Diretor de Finanças e Administração em 2011, o Sr. John Sam Koutras.
- (b) eliminação de venda de produtos com rentabilidade baixa e de alta necessidade de capital de giro.
- (c) eliminação de 441 postos de trabalho entre julho e dezembro de 2011, com gastos de indenizações na ordem de R\$10milhões.
- (d) redução / adequação da capacidade de produção.
- (e) aceleração de iniciativas de ganhos de eficiência produtiva.
- (f) estudos de alternativas e busca de oportunidades para capitalização da Empresa.

Muitas dessas ações iniciadas em 2011 terão continuidade ao longo de 2012. Desta forma, no início do ano, a Mangels contratou um Diretor de Operações, o Sr. Ivan Sartori Filho, com o objetivo de conduzir seus negócios com foco na recuperação das suas margens operacionais e do almejado retorno ao crescimento.

No nível macroeconômico, apesar das economias desenvolvidas continuarem na busca de soluções para problemas estruturais, a Mangels acredita que as condições econômicas brasileiras em 2012 serão similares às de 2011. A expectativa é de que a economia brasileira cresça 4%, calçada nos investimentos de infraestrutura, tais como preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, e por investimentos na infra-estrutura brasileira em geral.

Já o setor automotivo, importante setor de atuação da Empresa, tem projeções de alta no volume de vendas entre 4% e 5% em 2012, esperando assim que seja maior do que 2011, quando ficou na casa dos 3,3%. Este cenário está atrelado ao aumento do IPI para veículos importados conjugado com a diminuição das restrições ao crédito.

O ano de 2012 também é um ano importante para a instalação de algumas novas fábricas de automóveis no Brasil, portanto a expectativa para 2012 é de otimismo. A tendência é que o Brasil volte a subir no ranking mundial de vendas de veículos. Em 2011 o país ocupou a quarta posição no mercado global, atrás da China, Estados Unidos e Japão, desbancando a posição da Alemanha, que foi a quarta colocada em 2010.

Assim, a Empresa, inicia o ano de 2012 com sua equipe comprometida com o objetivo de obter melhores resultados, apostando na sua capacidade de operar em momentos de adversidades e de prosperidade, sempre objetivando criar valor para seus acionistas.

2012

O ano de 2012 foi marcado por decisões estratégicas importantes para o desempenho futuro da Companhia. Em 3 de setembro de 2012, alienou o negócio de Galvanização e em 11 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração decidiu: (a) transferir as atividades de estamparia de que desenvolvia em São Bernardo do Campo, São Paulo para Três Corações – Minas Gerais; (b) descontinuar as atividades de tempera, relaminação e centro de serviços de aço, encerrando desta forma todas as operações da Unidade de Aços em São Bernardo do Campo e (c) também

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

descontinuar a estamparia para montadoras que desenvolvia, no negócio de Cilindros, na planta de Três Corações – MG.

Os ativos descontinuados estão disponíveis para venda e os recursos serão destinados à redução de dívida.

A descontinuidade dessas atividades teve como principal objetivo eliminar margens e despesas relacionadas que contribuíam negativamente com as operações.

Estas ações permitirão a Companhia maior foco nos negócios de Rodas, Cilindros e Manaus. O desafio atual é avançar com a celeridade necessária, nas atividades de transformações indispensáveis para perseguir o aumento de lucratividade nesses negócios.

Dentre várias ações, a Companhia está focada em: (a) contínuo ajuste de custos e despesas; (b) ações que gerem ganhos de produtividade através da otimização dos seus processos; (c) mitigação de investimentos; (d) ocupação plena da capacidade instalada, com o objetivo de acelerar a rentabilidade; (e) renegociar a dívida e (f) busca por capitalização.

Para as atividades operações, conta com o apoio do INDG – Instituto de Desenvolvimento Gerencial.

Além das medidas internas adotadas, também são esperadas melhores perspectivas pelas ações de incentivo tomadas pelo governo, tais como: desoneração da folha de pagamento e de energia elétrica e a manutenção da redução do IPI sobre veículos. Tais medidas devem apresentar melhoras na demanda doméstica, e assim impulsionar a demanda por motocicletas, automóveis e caminhões, que deverão crescer dois dígitos em 2013, segundo expectativa dos setores.

As melhorias advindas da iniciativa de desfazer dos negócios de Galvanização e de Aços em São Bernardo do Campo, a reestruturações operacionais internas já realizadas e em andamento, do apoio tecnológico de ponta, aliado a renegociação da dívida e busca por capitalização, resultarão em criação de valor para os acionistas.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate
não se aplica
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
não se aplica

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumido

A Empresa encerrou o exercício de 2012, com disponibilidades no montante de R\$195,5 milhões, montante suficiente para fazer frente a necessidades de curto prazo. Entretanto, o Conselho de Administração aprovou a renegociação da dívida a vencer com seus credores financeiros. A busca por capitalização também é parte integrante da estratégia de melhoria de sua estrutura financeira. A renegociação visa o alongamento de pagamentos e de taxas mais compatíveis com o atual momento econômico e financeiro que a Companhia está vivenciando.

Para o processo de renegociação da dívida a Empresa conta com o apoio da consultoria PriceWaterhouseCoopers e espera encerrar todas as negociações até o final do 1º semestre de 2013.

A Mangels tem como política gestão conservadora dos ativos operacionais dimensionando seus investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento comumente praticados pelo mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O endividamento líquido em 31 de dezembro de 2012 totalizou o montante de R\$269,8 milhões, ou seja, redução de R\$4,1 milhões quando comparado ao endividamento líquido de 31 de dezembro de 2011.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A Mangels possui operações de pré-pagamento de exportações que são garantidos pelas exportações futuras e linhas de créditos rotativos em Bancos de primeira linha.

Em 2006, US\$ 30 milhões do Programa de Investimentos da Mangels foram financiados pelos bancos DEG (Alemanha) e FMO (Holanda), com prazos de 3 anos de carência e 6 anos para pagamento, totalizando 9 anos, e em 2008 esses Bancos aportaram mais US\$ 30 milhões com condições idênticas com relação ao prazo do primeiro financiamento.

Adicionalmente a Empresa utiliza além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para financiamento de ativos não-circulantes, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, Banco da Amazônia S.A. - BASA, Financiamento de Importação – FINIMP, NCE do Banco do Brasil, Capital de Giro da Caixa Econômica Federal, entre outras instituições de 1ª. linha.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Financiamento de Importação – FINIMP, Debêntures não conversíveis, Nota de Crédito a Exportação – NCE, Pré-Pagamento de Exportação, Cédula de Crédito Bancário da Caixa Econômica Federal, Programa – PSI – Programa BNDES de Sustentação do Investimento, Banco da Amazônia S.A. - BASA, Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, Financiamento de Importação – FINIMP, outros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Empréstimos e Financiamentos em 31/12/2012:

		Controladora		Consolidado	
Taxa média					
anual de juros - % a.a.		2012	2011	2012	2011
Moeda Nacional					
BNDES / Máquinas	4,54% a.a.	55.385	77.346	55.385	77.346
Capital de Giro (CEF / NCE BB/ ITAÚ)	126% do CDI	165.048	21.542	165.048	23.509
Capital de Giro (BASA)	10% a.a.	-	-	10.896	12.162
Arrendamento Mercantil	CDI + 0,28% a.m.	329	1.119	329	1.119
		220.762	100.007	231.658	114.136
Moeda Estrangeira					
Pré-pagamento exportação/ NCE	Libor + 4,60% a.a.	137.780	166.027	137.780	166.027
Capital de giro / Finimp	3,70% a.a.	17.303	56.314	17.593	59.157
DEG/FMO	Libor + 4,72% a.a.	78.367	90.091	78.367	90.091
		233.450	312.432	233.740	315.275
		454.212	412.439	465.398	429.411
Circulante		129.187	136.726	130.760	142.572
Não Circulante		325.025	275.713	334.638	286.839

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os financiamentos obtidos ao BNDES, para aquisição de ativo imobilizado, estão garantidos por itens do ativo imobilizado, cujo valor total é de R\$ 7.012 mil. Os pré-pagamentos de exportações estão garantidos pelas exportações futuras. Os contratos de capital de giro representam linhas de créditos rotativos.

Como obrigações contratuais dos empréstimos contratados junto ao DEG/FMO, BTG Pactual, Banco do Brasil S.A. e Banco Itaú S.A., a Companhia deve atender trimestralmente (para os contratos do DEG/FMO e BTG Pactual) e anualmente (para os contratos do Banco do Brasil e Banco Itaú S.A.), determinados indicadores financeiros (*covenants*), medidos com base nas informações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Basicamente, em razão do prejuízo apurado no negócio de Aços e pelo reconhecimento em seu resultado das despesas que incorrerão na descontinuidade do mesmo, projeções preliminares a 31 de dezembro de 2012 indicavam que a Companhia não atenderia a essas obrigações contratuais, o que facultaria aos credores o direito de pleitear o vencimento antecipado das dívidas. No entanto, a Companhia solicitou as instituições financeiras à eliminação dos indicadores financeiros e os credores concordaram, por meio de cartas formais anteriores a 31 de Dezembro de 2012.

As parcelas de longo prazo vencem conforme demonstrado abaixo:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2013	-	113.206	-	114.853
2014	136.158	69.627	137.557	70.850
2015	104.563	57.792	105.780	59.015
2016	78.361	32.083	79.578	33.306
2017	3.759	819	4.976	2.042
2018	849	850	2.066	2.073
2019	882	882	2.098	2.105
2020	453	454	1.670	1.677
2021	-	-	913	918
	325.025	275.713	334.638	286.839

Fontes de Liquidez adicional

A Empresa tem utilizado geração de caixa próprio e limites de créditos pré-aprovados pelas instituições financeiras e Financiamento de Importação – FINIMP.

iii. grau de subordinação entre as dívidas.
não se aplica

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários a à alienação de controle societário.
não se aplica

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados
não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Principais alterações nas contas de Resultados nos anos de 2012 x 2011 x 2010 - (em R\$ mil)

	CONSOLIDADO			VARIAÇÃO	
	2012	2011	2010	2012/2011	2011/2010
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS					
Mercado interno	799.022	903.337	973.000	(104.315)	(69.663)
Mercado externo	36.890	37.081	39.947	(191)	(2.866)
	835.912	940.418	1.012.947	(104.506)	(72.529)
Impostos sobre vendas e serviços	(190.892)	(217.514)	(229.670)	26.622	12.156
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	645.020	722.904	783.277	(77.884)	(60.373)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(579.323)	(626.001)	(655.574)	46.678	29.573
LUCRO BRUTO	65.697	96.903	127.703	(31.206)	(30.800)
DESPESAS OPERACIONAIS					
Com vendas	(25.670)	(30.226)	(34.849)	4.556	4.623
Gerais e administrativas	(62.155)	(56.060)	(47.731)	(6.095)	(8.329)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(70.235)	(7.893)	6.558	(62.342)	(14.451)
	(158.060)	(94.179)	(76.022)	(63.881)	(18.157)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E RESULTADO FINANCEIRO	(92.363)	2.724	51.681	(95.087)	(48.957)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	(54.784)	(45.841)	(38.398)	(8.943)	(7.443)
Receitas financeiras	13.762	21.416	17.704	(7.654)	3.712
Variações cambiais-fundo exclusivo	758	2.839	(8.397)	(2.081)	11.236
Variações monetárias e cambiais	(16.625)	(28.197)	10.929	11.572	(39.126)
	(56.889)	(49.783)	(18.162)	(7.106)	(31.621)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(149.252)	(47.059)	33.519	(102.193)	(80.578)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Do exercício	(4.423)	(5.238)	(10.647)	815	5.409
Diferidos	4.778	19.696	(1.362)	(14.918)	21.058
	354	14.458	(12.009)	(14.104)	26.467
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(148.898)	(32.601)	21.510	(116.297)	(54.111)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise do resultado consolidado do ano de 2012 versus o ano de 2011**

Receita Bruta - R\$ milhão	2012	2011	Variação
Aços	266,7	363,4	-27%
Rodas	344,4	318	8%
Cilindros	193,2	210,1	-8%
Galvanização	31,6	48,9	-35%
Total	835,9	940,4	-11%

No ano de 2012 o desempenho da Companhia foi afetado pela redução no ritmo de crescimento da economia brasileira. As reduções das taxas de juros e a manutenção do nível de desempenho no setor industrial em patamares baixos, não foram suficientes para aumentar o desempenho do setor industrial.

A venda bruta consolidada atingiram o montante de R\$835,9 milhões, redução de 11% quando comparado ao ano de 2011.

O lucro bruto consolidado apresentado foi de R\$69,0 milhões valor inferior em 28,8% quando comparado ao ano de 2011.

A consistente busca por melhorias operacionais resultou em redução de despesas com vendas, gerais e administrativas na ordem de 10% quando comparado ao ano de 2011. As despesas somaram R\$77,4 milhões versus R\$86,3 milhões em 2011.

Devido à decisão de descontinuar os negócios de aços e de estamparia, foram registradas provisões para recuperação ao valor recuperável dos ativos destinados a venda e das demais despesas decorrentes desta operação, no valor de R\$84,9 milhões.

A despesa financeira líquida total registrada em 2012 foi de R\$56,9 milhões frente aos R\$49,7 milhões registrados em 2011.

O resultado final consolidado foi prejuízo de R\$148,9 milhões. Se forem desconsideradas as provisões e despesas relacionadas com a descontinuidade dos negócios (R\$84,9 milhões) e também o resultado negativo das operações descontinuadas (R\$42,4 milhões), o resultado líquido final das operações continuadas foi de R\$21,6 milhões negativos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Análise do resultado consolidado do ano de 2011 versus o ano de 2010

Receita Bruta - R\$ milhões	2011	2010	Variação
Aços	363,4	402,3	-10%
Rodas	318,0	330,8	-4%
Cilindros	210,1	222,1	-5%
Galvanização	48,9	57,7	-15%
Total	940,4	1.012,9	-7%

A Receita Bruta de vendas e serviços da Empresa encerrou o ano registrando R\$940,9 milhões redução de 7% quando comparado com a receita de R\$1.012,9 milhões de 2010. E a Receita Líquida foi de R\$722,9 milhões, representando diminuição de 7,7 % em comparação com o ano de 2010, que foi de R\$783,3 milhões.

O custo dos produtos vendidos em 2011 totalizou R\$626,0 milhões, o que representou 86,6% da receita líquida, enquanto em 2010, o custo representou 83,7%, significando um aumento de 2.7 pontos percentuais (pp).

Pelo fato dos custos operacionais terem em sua composição acentuada característica de custos fixos, a redução no volume de vendas influenciou diretamente as margens. Além disso, a Empresa tomou diversas medidas para melhorar o seu desempenho presente e futuro, e em julho e dezembro, ajustou seu quadro de colaboradores e dispendeu aproximadamente R\$10milhões em indenizações. O custo dos produtos vendidos no 4T11 também reflete os impactos do dissídio coletivo anual de 10%, efetivado em novembro de 2011.

As despesas com vendas, gerais e administrativas somaram no ano R\$86,2 milhões, um aumento de 4,4% quando comparadas a 2010. Esse número também está influenciado pelo ajuste no quadro de colaboradores para adequação às demandas do mercado.

As despesas operacionais em 2011 somaram R\$7,9 milhões, frente aos R\$6,6 milhões de receita líquida em 2010, consequência do estorno do valor de R\$10,2 milhões referente a Crédito de IPI, que foi reconhecido no resultado em 2010, conforme nota explicativa nº 19.

Desta forma, o lucro operacional obtido em 2011 foi de R\$2,7 milhões frente aos R\$51,7 milhões de 2010.

A despesa financeira total de 2011 foi impactada negativamente devido à despesa de variação cambial de R\$25,4 milhões, decorrente da valorização do dólar frente ao real, totalizando R\$49,8 milhões, contrastando com a de R\$18,2 milhões em 2010, que não sofreu o mesmo efeito naquele ano. Estes efeitos ocorrem principalmente devido a empréstimos captados em US\$.

Em 2011 o resultado final após o imposto de renda e contribuição social foi um prejuízo de R\$32,6 milhões, frente ao lucro de R\$21,5 milhões registrado em 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Principais alterações nas contas Patrimoniais nos anos de 2012 x 2011 x 2010 – R\$ mil**

ATIVO	CONSOLIDADO			VARIÇÃO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	2012/2011	2011/2010
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	171.375	148.808	123.937	22.567	24.871
Títulos e valores mobiliários	24.142	60.990	96.549	(36.848)	(35.559)
Contas a receber de clientes	54.041	99.114	97.692	(45.073)	1.422
Estoques	58.834	85.342	107.698	(26.508)	(22.356)
Tributos a recuperar	29.013	34.688	47.484	(5.675)	(12.796)
Despesas do exercício seguinte	529	1.630	929	(1.101)	701
Outros ativos	15.598	13.214	16.171	2.384	(2.957)
	353.532	443.786	490.460	(90.254)	(46.674)
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Imobilizado destinado a venda	83.984	-	-	83.984	-
Tributos a recuperar	5.380	7.034	6.752	(1.654)	282
Tributos diferidos	30.267	16.104	13.445	14.163	2.659
Depósitos judiciais	7.765	7.369	8.905	396	(1.536)
Outros ativos	209	3.128	1.918	(2.919)	1.210
	127.605	33.635	31.020	93.971	2.615
Imobilizado	178.737	323.058	315.647	(144.321)	7.411
Intangível	16.688	16.844	18.305	(156)	(1.461)
Diferido	437	909	1.379	(472)	(470)
	323.467	374.446	366.351	(50.978)	8.095
TOTAL DO ATIVO	676.999	818.232	856.811	(141.232)	(38.579)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	78.753	91.706	31.251	(12.953)	60.455
Empréstimos e financiamentos	130.760	142.572	124.618	(11.812)	17.954
Debêntures	-	16.082	15.519	(16.082)	563
Salários e encargos sociais	15.630	17.756	20.474	(2.126)	(2.718)
Tributos a recolher	4.087	3.068	12.079	1.019	(9.011)
Dividendos propostos	27	50	5.143	(23)	(5.093)
Tributos parcelados	4.080	5.379	4.959	(1.299)	420
Outros passivos	69.880	16.693	11.426	53.187	5.267
	303.217	293.306	225.469	9.912	67.837
NÃO CIRCULANTE					
Partes Relacionadas			12	-	(12)
Empréstimos e financiamentos	334.638	286.839	321.290	47.799	(34.451)
Debêntures	-	38.239	54.444	(38.239)	(16.205)
Provisão para riscos e discussões judiciais	10.482	3.818	5.741	6.664	(1.923)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	16.902	-	(16.902)
Tributos parcelados	1.461	2.111	6.090	(650)	(3.979)
	346.582	331.007	404.479	15.575	(73.472)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	171.273	171.273	171.273	-	-
Reservas de lucros					
Reserva de retenção de lucros	-	-	16.845	-	(16.845)
Reserva legal	-	-	6.462	-	(6.462)
Resultados abrangentes	12.253	31.250	32.283	(18.997)	(1.033)
Prejuízos acumulados	(156.325)	(8.604)	-	(147.721)	(8.604)
	27.201	193.919	226.863	(166.718)	(32.944)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	676.999	818.232	856.811	(141.231)	(38.579)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2012 em comparação com o ano de 2011

Principais contas do Ativo:

. *Contas a receber de clientes:* a redução de R\$45,0 milhões foi em decorrência de menor volume de vendas registrado no último trimestre de 2012, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

. *Estoques* – a redução verificada de R\$ 26,5 milhões em 2012 em relação ao ano de 2011 deve-se a melhor concentração de vendas em produtos e clientes que demandam menor capital de giro e também pela decisão da descontinuidade do negócio de aços em São Bernardo do Campo.

. *Tributos a recuperar:* a redução de R\$ 7,3 milhões em 2012 com relação ao ano de 2011 se deu pela utilização dos créditos de PIS e COFINS sobre insumos.

. *Tributos Diferidos:* o aumento de R\$ 14,2 milhões refere-se (i) ao estorno de R\$27,6 milhões de tributo diferido passivo correspondente à reavaliação de ativos que estavam em operação e foi reclassificada para ativos destinados a venda (ii) R\$ 13,6 milhões referente a estorno de impostos com base na previsão de lucratividade futura cuja compensação é suportada por projeções de lucros tributáveis, descontados a valor presente.

. *Imobilizado destinado à venda:* o valor de R\$83.9 milhões é dos ativos que estavam em operação e foi reclassificada para destinados a venda em decorrência da decisão da descontinuidade dos negócios de Aços em São Bernardo do Campo e da Estamparia para montadoras em Três Corações.

Principais contas do Passivo

. *Fornecedores:* a redução de R\$12,9 milhões em relação ao ano de 2011 foi em decorrência do menor nível de atividade verificada no último trimestre de 2012.

. *Empréstimos e Financiamentos:* a redução verificada na dívida bruta de R\$ 18,4 milhões, considerando as parcelas de curto e longo prazo é reflexo de pagamentos maiores que o ano anterior.

. *Outros passivos:* o aumento de R\$ 53,2 milhões deu-se pelas provisões de contas a pagar pela descontinuidade dos negócios.

Principais contas do Patrimônio Líquido

. *Resultados abrangentes:* foi estornado do valor de R\$17, 8 milhões referente à parcela da reserva de reavaliação sobre ativos que foram destinados a venda, decorrentes da decisão de descontinuar os negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2011 em comparação com o ano de 2010

Principais contas do Ativo:

. *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários*: em 31 de dezembro de 2011 a Empresa mantinha em seu caixa R\$ 209,8 milhões versus R\$ 220,5 milhões do ano anterior.

. *Estoques* – a redução verificada de R\$ 22,4 milhões em 2011 em relação ao ano de 2010, deve-se ao melhor gerenciamento dos estoques e a concentração de vendas em produtos e clientes que demandam menor capital de giro.

. *Tributos a recuperar*: a redução de R\$ 12,8 milhões em 2011 com relação ao ano de 2010 se deu principalmente, pelo estorno do valor de R\$10,2 milhões referente à Crédito de IPI.

. *Tributos Diferidos*: o aumento de R\$ 19,3 milhões origina-se do prejuízo fiscal do exercício de 2011 de R\$ 52,7 milhões.

Principais contas do Passivo

. *Fornecedores*: o aumento de R\$60,5 milhões deve-se a negociação com os principais fornecedores de matéria prima da Empresa, com a extensão do prazo de pagamento de 15 dias para 90 dias.

. *Empréstimos e Financiamentos*: a redução verificada na dívida bruta de R\$ 16,5 milhões, considerando as parcelas de curto e longo prazo, é reflexo da menor captação. Em 2011 atingiu o montante de R\$ 69,6 milhões frente ao pagamento de R\$ 143 milhões no ano anterior. Essa captação serviu para financiar os investimentos.

. *Debêntures*: a redução de R\$ 15,6 milhões deu se pelo pagamento de duas parcelas em maio e novembro de 2011.

Principais contas do Patrimônio Líquido

. *Reservas de lucro*: foi efetuada a compensação do prejuízo de 2011, baixando as reservas de lucro e reserva legal no montante de R\$ 23,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita****Comentários dos negócios****Unidade de Aços**

Em 2012 foram produzidas 1.690 milhões motocicletas versus 2.136 milhões em 2011, redução de 21%, segundo dados da Abraciclo – Associação Brasileira de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e similares. Esse desempenho impactou a Unidade de Manaus, que fornece para a indústria de motocicletas e que é extremamente dependente de crédito. A redução no faturamento foi de 12,5% quando comparado com o do mesmo período de 2011.

A produção brasileira de aço também apresentou redução em 2012 de 1,5% em relação ao ano de 2011. As exportações de produtos siderúrgicos totalizaram 9,7 milhões de toneladas, o que representou uma queda de 10,4%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, segundo dados do Instituto de Aço Brasil. Assim, o negócio de Aços em São Bernardo apresentou queda em seu faturamento de 25% quando comparado com o ano de 2011.

Unidade Cilindros

O negócio de Cilindros atua no setor de recipientes de GLP, tanques de ar para caminhões, prestação de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviços de aços.

Em 2012, as vendas deste negócio foram afetadas pelo corte nos investimentos das empresas de gás e também pela baixa produção de caminhões de tecnologia Euro5, que segundo a Associação Nacional dos Fabricantes dos Veículos Automotores - Anfavea, a venda de caminhões encerrou 2012 com queda de 40,5% quando comparado com 2011.

O faturamento deste negócio registrou queda de 8,1% em comparação com o ano de 2012.

Unidade de Rodas

Em contrapartida, o comércio de veículos registrou aumento de 4,6% em 2012, segundo dados divulgado pela Associação Nacional dos Fabricantes dos Veículos Automotores (Anfavea), sob a forte influência da redução do IPI. A produção de automóveis e comerciais leves, apresentou uma alta de 1,2% em 2012.

O negócio de Rodas, seguindo o bom desempenho do setor automotivo, registrou aumento de faturamento de 8,3% quando comparado com o ano de 2011, confirmando a sua posição de liderança no fornecimento de rodas de alumínio para as indústrias automotiva instaladas no país.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não se aplica

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Rodas: A maior influencia neste Negócio é em relação a sua principal matéria-prima, o alumínio que tem preços internacionais (London Metal Exchange – LME) e é cotado em dólar. Os preços de venda das rodas em sua maioria são celebrados em contrato e tem cláusula de reajuste automático da matéria prima alumínio a cada trimestre, ocorrendo, portanto uma defasagem de três meses entre o preço que a Empresa paga pela matéria-prima e o preço que ela vende aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam nos preços destes Negócios. Para o negócio de Cilindros, a influencia da capacidade de investimentos de seus clientes, uma vez que as aquisições de botijões novos representam aquisição de ativo imobilizado e um fator importante.

Resultados Financeiros:

A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Empresa devido ao descasamento das vendas realizadas, predominantemente em reais e a variação cambial decorrente dos financiamentos em moeda estrangeira principalmente para investimentos e aquisição de insumos.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger os seus ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos considerando um horizonte de 12 meses.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras no Brasil e no exterior, bem como na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F BOVESPA).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

não se aplica

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

não se aplica

c. eventos ou operações não usuais

não ocorreram eventos ou operações não usuais

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas As demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de diversas bases de avaliação utilizadas para a determinação das estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros a valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor justo das propriedades para alienação, as estimativas ao valor em uso dos terrenos e edificações, análise de risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de maneira consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Para permitir melhor comparabilidade de saldos e em atendimento ao CPC 32, o imposto de renda diferido passivo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 16.613, foi reclassificado para o ativo, sendo apresentado de forma líquida na rubrica de imposto de renda diferido ativo.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- IAS 12 Imposto de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimentos mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio de venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

- IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRS (Revisão) – Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita a hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros – Divulgação – Exigências Maiores para Divulgação de desconhecimentos

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, mas não reconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia entenda a relação entre ativos que não foram desconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido).

As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2012, e serão aplicados na demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.

- IAS 19 – Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorização e reformulação. A Companhia está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IAS 28 – Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IASB 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IAS 32 – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32

Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

▪ IFRS 1 – Empréstimo do Governo – Revisões da IFRS 1

Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação for necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à de mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013. A revisão não terá impacto sobre a Companhia.

▪ IFRS 7 – Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos às compensações e acordos relacionados (por exemplo, acordo de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensações sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensado de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.

▪ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IAS referente à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS 9 – Data efetiva da IFRS 9 e Divulgação para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de janeiro de 2015.

Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

▪ IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas

A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que a IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de Janeiro de 2013.

▪ IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos

O IFRS 11 substitui o IAS 31- *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13, *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

patrimonial e financeira da Companhia.

▪ **IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades**

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também é necessária, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

▪ **IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo**

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

▪ **IFRIC 20 - Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície**

Esta interpretação é aplicável aos custos de remoção dos resíduos (stripping costs) incorridos na atividade de mineração de superfície, durante a fase de produção da mina. A interpretação aborda a contabilização do benefício da atividade de remoção de resíduos. A interpretação terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A nova interpretação não terá um impacto sobre a Companhia.

Melhorias Anuais – maio de 2012

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre a Companhia:

• **IFRS 1- Adoção Inicial das IFRS**

Esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá readotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for readotada, a entidade deverá reapresentar retrospectivamente suas demonstrações financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.

• **IAS 1- Apresentação das Demonstrações Financeiras**

Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.

• **IAS 16 - Imobilizado**

Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.

• **IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação**

Esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.

• **IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias**

A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Parecer do auditor independente sem ressalvas e com ênfase.

Nos últimos três exercícios sociais, não foram feitas ressalvas nos relatórios dos auditores independentes da Companhia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Mangels Industrial S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Companhia, em 2012, apresentou prejuízo significativo e elevado nível de endividamento. Os planos da Administração, com relação a capacidade de manter suas operações em marcha, estão detalhados na Nota 1. As demonstrações financeiras da Mangels Industrial S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos seus negócios. Essas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. A nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Avaliação de Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Mangels Industrial S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

São Paulo, 19 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Sergio Citeroni
Contador CRC-1SP170652/O-1

Renata Carolina Borelli
Contadora CRC-1SP238522/O-1

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, apresentadas abaixo:

		Participação no Capital Social - %	
		31/12/2012 e 31/12/2011	
	País-sede	Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	EUA	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Brasil	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual a Mangels Industrial S.A. detém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo.

Uma transação na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuíveis à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Ativos não circulante mantidos para venda e operações descontinuadas.

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de sua classificação.

Na demonstração consolidado do resultado do exercício corrente e exercício anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica de lucro após impostos, mesmo quando a Controladora detiver participação não controlada após a venda. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. As atividades das entidades no exterior são executadas como extensão da controladora, logo a moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, conseqüentemente, diferenças de conversão.

ii. Empresas do Grupo

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços.

Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços: As receitas de prestações de requalificação de recipientes para Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP são reconhecidas contra a prestação dos mesmos e pela devolução do produto ao requisitante do serviço, ou à medida que o serviço é prestado.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Impostos

Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: (i) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo à alíquota de 5% a 10%; (ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 1,65%; (iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 7,60%; (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

operação for interestadual); e (v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo à alíquota de 2% a 5%.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social – correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no exercício de 12 meses, e a contribuição social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos, e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente do patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Operações descontinuadas

Em 3 de setembro de 2012, a Mangels alienou negócio de Galvanização para a empresa Armco Staco S/A Indústria Metalúrgica.

A Companhia decidiu também descontinuar as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme fato relevante divulgado em 10 de dezembro de 2012.

Adicionalmente o negócio de estamperia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvida na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG, foi descontinuado a partir de 31 de dezembro de 2012.

Assim, todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo, bem como o da estamperia para montadoras, foi classificado como disponível para venda.

A Companhia considerou que a descontinuidade dos negócios satisfizeram os critérios para ser classificada como mantida para venda na referida data pelos seguintes motivos:

- Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual.
- A Companhia tem plano para venda destes ativos e iniciou negociações preliminares com potenciais compradores, tendo inclusive recebido proposta vinculante para parte dos equipamentos.
- A Companhia espera que as negociações sejam finalizadas, e a venda de todos os ativos concluída até meados de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorem a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota Explicativa 14.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais e bases negativas a compensar em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 121.055 (em 31 de dezembro de 2011 era de R\$63.800), no seu balanço consolidado. Esses prejuízos se referem ao histórico de prejuízos da controladora e de suas controladas, estas não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos no montante de R\$ 49.612 e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota Explicativa 24.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas*Valor Justo de Instrumentos Financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Custos de Desenvolvimento

A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a ser capitalizada, a administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R\$ 547.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia está em fase de reestruturação de todos os seus controles internos, adequando os já existentes com a realidade atual da empresa, entretanto conta com o departamento de Auditoria Interna, que avalia constantemente o sistema de controles internos de forma a garantir a segurança de suas operações e seus registros contábeis.

A Companhia também investe em tecnologia e capacitação de pessoal difundindo a importância da cultura de controle interno, contando com o envolvimento de todas as áreas, com o objetivo de mitigar perdas potenciais advindas de exposição a riscos e atender as melhores práticas de Governança Corporativa.

Com base nos relatórios periódicos da Auditoria Interna a Companhia julga que seu ambiente de controles internos é suficientemente confiável para impedir erros materiais em suas demonstrações financeiras. O ambiente de controles internos inclui as funções de governança e de administração e as atitudes, consciência e ações dos responsáveis pela governança e pela administração.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Não foram registradas deficiências, mas recomendações de melhorias que a Administração avaliou e colocará em prática. Importante ressaltar que a Administração entende, com base no relatório da auditoria externa, que o grau de eficácia dos controles internos é adequado e que não comprometem as Demonstrações Financeiras da Empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- a. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.**
Não se aplica
- b. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.**
Não se aplica
- c. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.**
Não se aplica
- d. Contratos de construção não terminada.**
Não se aplica
- e. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**
Não se aplica
- f. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**
Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- a. **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não se aplica

- b. **Natureza e o propósito da operação.**

Não se aplica

- c. **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não se aplica